

## RESUMO

Nosso grupo decidiu refletir sobre o papel do Engenheiro Florestal como ecólogo, considerando que o décimo artigo da Resolução do Consea 218/1973 lista ecologia como uma atividade atribuída à profissão. Pela proximidade da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) com a Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), pelo privilégio de termos estudantes da turma que vieram de lá e por sabermos que algumas aulas práticas serão dadas na mesma unidade, queríamos falar sobre análises científicas envolvendo ecologia nessa área tão próxima de nós. Selecionamos o artigo “Áreas protegidas, Populações Tradicionais da Amazônia e arranjos conservacionistas”<sup>1</sup>, de Ana Tereza Reis da Silva<sup>2</sup>, pelo fato da pesquisadora ter mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (UnB) e ser doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR).

Na primeira parte do artigo, a autora traça um breve histórico da Flona Tapajós, localiza os limites geográficos da Unidade de Conservação (UC), dá um panorama do número de comunidades, de famílias e apresenta o caboclo amazônico, aquele que mora e tem família nas comunidades tradicionais do território, mas não é identificado como indígena ou quilombola. Apresenta dados legais para pontuar que esse caboclo até muito recentemente não dispunha de nenhum dispositivo legal que lhe assegurasse o direito à terra onde habita (somente em 2007, com o Decreto n. 6.040 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e em 2016, com o Decreto n. 8.750 que institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais). Durante essa introdução, Silva situa o leitor sobre a luta das comunidades tradicionais pelo direito de permanecer na UC e o “preço pago” por esse direito, com a proibição de certos modos de viver e as mudanças na dinâmica social.

Na segunda seção do artigo, Silva fala sobre as restrições impostas aos caboclos e argumenta como essas restrições confrontam heranças socioculturais da população, com suas relações afetivas, memória coletiva, sistemas de uso comum e formas de manejo. Por exemplo, conta que os roçados foram proibidos nas áreas de mata que tinham o solo mais fértil ficando restritos somente às áreas pertos das casas ou próximas aos rios, de terrenos arenosos e de baixa fertilidade. Em sua pesquisa, levantou que a maioria das famílias deixou e roçar, porque “não compensava mais”. Isso acabou com a dinâmica social de produção coletiva da farinha (puxiruns), de distribuição e solidariedade. Os moradores passaram de produtores a consumidores, tendo muitas vezes que comprar farinha.

A autora também lista as proibições de outros modos tradicionais como a caça, a criação de gado e de porco, que eram feitas com base na produção familiar e, se muito, para enviar para parentes na cidade. Silva retoma diversos estudos e, ao lado de entrevistas com comunitários, traz evidências de que a floresta estava em pé antes da criação da Flona, com esses mesmos moradores realizando suas práticas locais e de pequeníssima escala. Dessa forma, mostra que mesmo sem explicitar ideologia conservacionista, os povos da floresta e seu modo de viver eram (e ainda são) compatíveis com a preservação da floresta em pé. O que tais proibições promoveram, por

---

<sup>1</sup> SILVA Ana Tereza Reis. “Áreas protegidas, Populações Tradicionais da Amazônia e arranjos conservacionistas”. Rev. Bras. Ci. Soc. 34 (99). 2019. Scielo - <https://doi.org/10.1590/349905/2019>

<sup>2</sup>Lattes da autora: <http://lattes.cnpq.br/1290786927670370>

consequência, foi uma ideologia da inclusão pelo consumo e uma dependência do Programa Bolsa Verde, implementado a partir de 2011, como pagamento por serviços ambientais: “Garante-se a territorialidade física enquanto se modifica (desterritorializa) o jeito de viver. A (des)territorialização e a (re)territorialização à medida que as restrições/compensações vão se estabelecendo no cotidiano e o antigo jeito de viver vai dando lugar a novas práticas.”

Na terceira parte do artigo, Silva fala sobre Ecoturismo Comunitário, os passeios em trilhas, a formação de guias, as hospedagens comunitárias e a produção de artesanatos para geração de renda. Fala também da vocação ecológica do caboclo. Mostra como atividades contemplativas causam baixo impacto, revelando a pertinência e relevância da modalidade. Explica que é um entendimento coletivo que locais de visita turística não devem ser destruídos nem poluídos e, pouco a pouco, as comunidades que se atentam para o ecoturismo desenvolvem uma infraestrutura para o acolhimento dos que chegam. No entanto, a autora aponta que entre todas as comunidades da Flona, somente três realmente tem ganho consistente com turismo (São Domingos, Maguari e Jamaraca) e, que mesmo nelas, somente algumas famílias se envolveram com a atividade. Essas tem um poder aquisitivo destacado em relação as outras famílias, o que suscita questionamento entre comunitários.

A quarta seção aborda a exploração madeireira via Coomflona e começa lembrando que tal atividade já era realizada por empresas privadas, com a devida permissão do IBAMA (dentro do programa Promanejo), antes da criação da Flona. A autora explica que uma vez “instituída a unidade, os gestores iniciaram um processo de convencimento das comunidades para reivindicar o direito de exploração exclusiva dos recursos madeireiros”. Dessa forma, surgiram as associações intercomunitárias e através das vozes de poucos representantes, os “moradores” da Flona criaram em 2005 da Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona) para a exploração madeireira e beneficiamento. Ao passo que o ICMBio aponta o manejo florestal da Flona Tapajós como um aliado do desenvolvimento local sustentável, a autora destaca que a fala da maioria dos moradores não-cooperados é menos otimista. À medida que a exploração madeireira passou a ter ênfase total e ser feita em escala comercial, a cooperativa passou a adotar regras de mercado e os cooperados ficaram numa posição de privilégio dentro da UC. Aumentou o interesse dos não-cooperados em tornarem-se membros da cooperativa, mas supondo que todos viessem a ser cooperados, “as cotas de participação ficariam muito pequenas e a cooperativa deixaria de ser atrativa”. Em reunião da cooperativa, os cooperados definiram um requisito básico para a entrada de novos membros: ter, pelo menos, o ensino fundamental completo, o que exclui grande partes dos comunitários mais velhos.

Na conclusão, a autora levanta o debate sobre a necessidade de novos arranjos conservacionistas na Amazônia, que devem deixar de focar apenas na conservação da natureza e passar também a considerar as questões sociais e culturais das comunidades que habitam nessas unidades de conservação. Não existe ambiental sem social. Silva recomenda que essa mudança deva ser acompanhada por uma restituição na legislação e nas políticas públicas, que devem garantir a participação efetiva das populações tradicionais na gestão das áreas protegidas e, contudo, na definição das políticas de conservação ambiental. Além disso, Silva ressalta a importância de se investir em pesquisa e capacitação das populações tradicionais, para que elas possam participar de forma mais efetiva na gestão dessas áreas que possuem proteção ambiental e na promoção do uso sustentável dos recursos naturais. Conclui que a criação de novos arranjos conservacionistas na Amazônia é um desafio complexo, que envolve a conciliação de diferentes interesses e demandas. No entanto, essa é uma tarefa primordial e de extrema importância, dado o valor da Amazônia para a conservação da biodiversidade e para o bem-estar das populações que habitam a região.

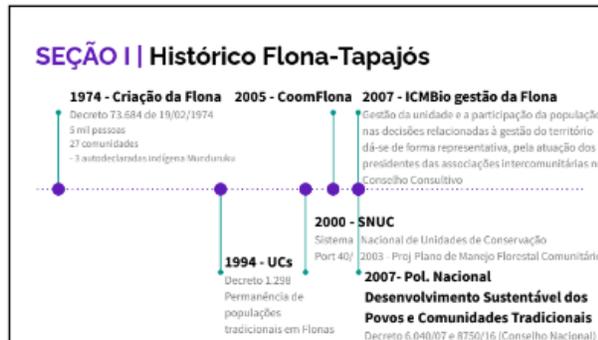
## APRESENTAÇÃO EM SLIDES, NA SALA DE AULA



### Área de atuação: Ecologia e Meio Ambiente

Resolução Consea 218/1973

Art. 10 - Compete ao ENGENHEIRO FLORESTAL: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins florestais e suas instalações complementares, silvimetria e inventário florestal; melhoramento florestal; recursos naturais renováveis; **ecologia**, climatologia, defesa sanitária florestal; **produtos florestais**, sua tecnologia e sua industrialização; edafologia; processos de utilização de solo e de floresta; **ordenamento e manejo florestal**; mecanização na floresta; implementos florestais; economia e crédito rural para fins florestais; seus serviços afins e correlatos.



**Associações de Moradores:**  
De cada comunidade

**Associações Intercomunitárias:**  
**AITA** (1994) - Associação Intercomunitária dos Pescadores, Trabalhadores Rurais e Seringueiros da Margem Direita do rio Tapajós

**ASMIPRUT** (1995) - Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do rio Tapajós

**Federação das Organizações e Comunidades:**  
Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Flona Tapajós (2004)

**Cooperativa Mista de Manejo Florestal:**  
CoomFlona (2005) - desenvolver o plano de manejo

**Características organizativas e populacionais na Flona Tapajós**

Ao contrário de indígenas, quilombolas e seringueiros, até 2007 e 2016, **os caboclos amazônicos, assim como outras sociedades tradicionais, não dispunham de nenhum dispositivo legal que lhes assegurasse o direito às terras onde habitam.**



Os povos e as comunidades tradicionais não se descobriram como tais agora, mas vêm se construindo historicamente, com a consolidação de **costumes, saberes e modos próprios de viver**, assim como na luta por reconhecimento enquanto existente.

Nas primeiras décadas do século XXI, a **garantia dos direitos identitários e territoriais** das mais diversas comunidades tradicionais tem se convertido num instrumento estratégico na luta por **justiça socioambiental**.

## SEÇÃO II | Restrições impostas x heranças socioculturais

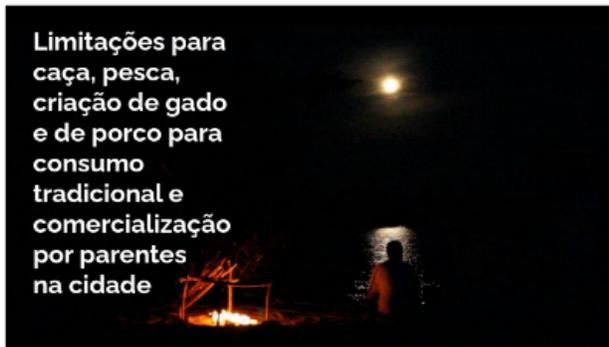
Em que medida o modo próprio de existência dessa população motivou, por parte da gestão da unidade, a suspeição de seu pertencimento à tradição e, conseqüentemente, a **proibição de certos usos e manejos**, e a introdução de práticas consideradas mais sustentáveis?

### Abandono dos roçados de mandioca em área de mata e o sumiço da farinha

A produção coletiva acabou. Viraram consumidores, e isso comprometeu também as relações baseadas na solidariedade e reciprocidade



Limitações para caça, pesca, criação de gado e de porco para consumo tradicional e comercialização por parentes na cidade



### Há muitas gerações famílias tradicionais moram nessas comunidades e a floresta está em pé

Mesmo assim, o artigo mostra como comunidades da FLONA foram estigmatizadas por um passado tradicional e tratadas não como aliadas, mas como "empecilhos à conservação", "que precisam aprender a manejar a natureza corretamente".



Práticas de comunidades tradicionais compatíveis com a conservação sem necessariamente explicitarem uma ideologia conservacionista



Mesmo assim, desde a criação da UC corre sutilmente um discurso que nega qualquer compatibilidade possível entre o antigo modo de viver e uma vida mais moderna, sugerindo que a roça não combina mais e a ideologia da inclusão pelo consumo.

*"Garante-se a territorialidade física enquanto se modifica (desterritorializa) o jeito de viver. A (des)territorialização e a (re)territorialização à medida que as restrições/compensações vão se estabelecendo no cotidiano e o antigo jeito de viver vai dando lugar a novas práticas."*

### SEÇÃO III | Emergência do turismo e as transformações que ele suscita

- O que mudou nas formas de produção da própria existência, na vida cotidiana e no acesso aos espaços comuns da Flona Tapajós
- Na Flona Tapajós, apenas três comunidades desenvolvem atividades de ecoturismo com certa regularidade: **São Domingos, Maguari e Jamaraquá.**

**A vocação ecológica do caboclo: sustentabilidade dos modos de vida das comunidades tradicionais**



*As famílias mais envolvidas com ecoturismo nessas comunidades exibem um destacado poder aquisitivo em relação às demais.*

### SEÇÃO IV | Manejo florestal

A mercantilização da floresta tem sido documentada e analisada como um modelo científico capaz de conciliar eficiência ambiental (manter a floresta em pé) e viabilidade econômica (lucro)



Os comunitários que trabalham nas diferentes etapas do manejo (inventário, derrubada, romaneio, administração etc.), e recebem salário por isso, comportam-se, muitas vezes, como trabalhadores/assalariados e não necessariamente como cooperados.

### Cooperados

uma nova hierarquia

o presidente da cooperativa como "patrão"

valores individualistas

conflitos

disputas



### Novas hierarquias

A Coomflona (e seus cooperados) instalou novas hierarquias nas relações interpessoais/ comunitárias / intercomunitárias

### Os comunitários da Coomflona e os outros...

- disparidades das condições de vida;
- comprometimento dos laços comunitários e dos arranjos sociais baseados na solidariedade;
- não seria possível colocar toda a população como cooperada "porque nem todos apresentam habilidades e competências exigidas";
- "uma situação em que todos viessem a ser cooperados faria com que as cotas de participação ficassem muito pequenas e supostamente deixaria de ser atrativa"

O artigo conclui que é importante refletir sobre o que está acontecendo e pensar em novos arranjos conservacionistas para a Amazônia, considerando a necessidade de conservar as populações tradicionais e suas culturas assim como a conservar o meio ambiente.

Publicado em 05/02/2018 na RBCS-Vol. 34 no 99/2019

- visitas in loco realizadas entre novembro de 2013 e início de 2017, com entrevistas de gestores, lideranças e rodas de conversas com moradores